

PNPOT

CADERNOS DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS

Caderno 02/2016

**Território e paisagem – Paisagens
sustentáveis e oportunidades de
desenvolvimento**

Auditório da CCDR ALENTEJO | 16 novembro 2016



FICHA TÉCNICA

Título

PNPOT - CADERNOS DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS

Caderno 02/2016 – Território e paisagem – paisagens sustentáveis e oportunidades de desenvolvimento

Auditório da CCDR Alentejo | 16 de novembro de 2016

Coleção

PNPOT - CADERNOS DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS | 2016

Coordenação, edição e tratamento de dados

DGT / Direção de Serviços do Ordenamento do Território

DGT / Direção de Serviços de Planeamento, Relações Institucionais, Comunicação e Apoio

CCDR-Alentejo / Direção de Serviços de Ordenamento do Território

© DGT 2017

Direção-Geral do Território

Rua da Artilharia Um, n.º 107 | 1099-052 Lisboa | www.dgterritorio.pt

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
PROGRAMA DO SEMINÁRIO	8
RESUMOS	10
Paisagem e gestão das oportunidades do tempo presente Fátima Bacharel	11
Paisagem rural e urbana Nuno Lecoq	18
Património cultural e paisagem - como se potenciam reciprocamente Ana Paula Amendoeira.....	33

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia.

O PNPOT aplica-se a todo o território nacional, abrangendo o território historicamente definido no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira, bem como as águas territoriais definidas por lei, sem prejuízo das competências das Regiões Autónomas.

O PNPOT foi aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de Setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de Novembro, e é constituído por um Relatório e por um Programa de Ação.

Após o seu período de implementação e a realização da avaliação do Programa de Ação em 2014, foi decidido dar início ao processo de alteração através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016 de 23 de agosto.

No âmbito deste processo, iniciado no último trimestre de 2016, as Comissões de Coordenação Regional (CCDR) desenvolveram um conjunto de exercícios de diagnóstico e reflexão estratégica sobre os problemas e desafios do ordenamento do território na perspetiva nacional e regional, que incluíram a participação e o envolvimento de atores relevantes, através da organização de Seminários Temáticos Regionais.

Neste âmbito, cada uma das cinco Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) organizou e realizou o seu Seminário em função de um tema que considerou determinante para encarar os desafios do desenvolvimento territorial das próximas décadas.

Tabela - Seminários Regionais realizados no âmbito da alteração do PA do PNPOT

CCDR	Título	Local / Data
Lisboa e Vale do Tejo	Território e Economia Circular	Auditório da CCDR LVT / 27-10-2016
Alentejo	Território e paisagem – paisagens sustentáveis e oportunidades de desenvolvimento	Auditório CCDR Alentejo / 16-11-2016
Centro	Território e sistema urbano - desafios emergentes e novas respostas	Auditório da CCDR Centro / 23-11-2016
Algarve	Território e Turismo	Auditório da CCDR Algarve / 30-11-2016
Norte	Território e Alterações climáticas: a desertificação; as periferias urbanas	Centro de Congressos da Alfândega do Porto / 07-12-2016

Cada Seminário Regional elenca um conjunto de subtemas cuja reflexão e discussão dos intervenientes teve por base contribuir para as respostas às seguintes questões:

Quais os principais problemas e desafios que se colocam, a nível nacional e regional na área temática abordada?

De que forma o PNPOT pode dar resposta a esses desafios?

A presente publicação, acordada no decorrer do processo de alteração Programa de Ação do PNPOT, tem por objetivo a divulgação das reflexões e conclusões dos Seminários Regionais e está estruturada em cinco Cadernos Regionais (cuja numeração segue a ordem cronológica de realização):

Caderno 1 – Território e Economia Circular

Caderno 2 – Território e paisagem – paisagens sustentáveis e oportunidades de desenvolvimento

Caderno 3 – Território e sistema urbano - desafios emergentes e novas respostas

Caderno 4 – Território e Turismo

Caderno 5 – Alterações climáticas, abandono de territórios e periferias urbanas

Cada Caderno Regional contém o índice articulado com o programa do respetivo Seminário, bem como o acesso às comunicações, textos ou registo vídeo disponíveis no caso em que foi autorizada a disponibilização pelos respetivos autores.

Caderno 2 – Território e paisagem – paisagens sustentáveis e oportunidades de desenvolvimento

PROGRAMA DO SEMINÁRIO

Caderno 2 – Território e paisagem – paisagens sustentáveis e oportunidades de desenvolvimento

RESUMOS

(Apresentações dos oradores ficam disponíveis na [página Web da CCDR-Alentejo](#))

Caderno 2 – Território e paisagem – paisagens sustentáveis e oportunidades de desenvolvimento

Paisagem e gestão das oportunidades do tempo presente |
Fátima Bacharel
DSOT/CCDR Alentejo

Seminário Território e Paisagem

CCDR Alentejo, 16 de Novembro 2016

Paisagem e Gestão das Oportunidades do Tempo Presente

Fátima Bacharel – Directora de Serviços de Ordenamento do Território da CCDR Alentejo

A reflexão sobre a paisagem e gestão das oportunidades do tempo presente parte da visão de que a paisagem cria-se, valoriza-se, transmite-se e vive-se em cada geração de acordo com as oportunidades de desenvolvimento associadas.

Compreender a paisagem de hoje significa saber ler a dinâmica do espaço territorial português que só no final do século XIII terminou o ciclo de economia guerreira correspondente, simultaneamente, a uma economia essencialmente de auto-consumo à escala local. A inserção do mundo rural num sistema económico só mais tarde foi propulsionada pelo despertar da vida urbana e com o aparecimento de pagamentos em dinheiro.

No princípio do séc. XIV a população do reino situava-se entre 1 e 1,5 milhão de habitantes e no final do século chegou-se ao limiar em que a ampliação dos recursos alimentares já não acompanhava o crescimento populacional. A anterior ruptura da demografia, motivada pelos sucessivos surtos de peste, criou no século XIV uma ruptura social. O cereal colhido para alimentar a população não era suficiente e face às crises de subsistência ao longo dos séculos XIV e XV que levaram à importação constante de pão, base da alimentação, houve um recuo da cerealicultura e um avanço da criação de gado e da vinha o que levou a uma transformação dominante ao nível da gestão do espaço agricultável.

Os séculos seguintes vão sendo igualmente marcados por numerosas transformações, que passam pela opção do mar como saída, a economia do comércio e da exploração de recursos exteriores, e a ruptura do século XIX com a saída do centro de decisão do continente (devido às invasões francesas), a extinção das ordens religiosas detentoras de vasto património rural, as primeiras redes de acessibilidades rodó e ferroviária e a nova estruturação administrativa do território constituíram factores de profunda mudança.

Na primeira metade do século XX várias intervenções alteraram definitivamente o futuro do território e da paisagem – novas acessibilidades, distribuição da população, campanhas cerealíferas, portos e barragens e nos restantes com continuidade no séc. XXI, a adesão à CE com economia aberta, moeda única, espaço Shengen, PIB/capita médio nacional de 77 (UE 27=100) alteraram definitivamente o futuro do território.

A paisagem de hoje é, portanto, o resultado das dinâmicas do povoamento, das questões culturais e do contexto geográfico e histórico, até à idade média num quadro de consolidação do território nacional com uma ocupação determinada por factores como clima, relevo e solo e defesa das populações. E presentemente, tal como nessa evolução, o esforço médio nacional das actividades do sector primário em termos de PIB/capita fica muito abaixo da média da UE. A expectativa de no espaço de uma geração conseguir aproximar os indicadores das zonas rurais de Portugal à média europeia não se concretizou.

Mesmo em economia aberta, economia verde, economia azul e economia circular te que se prospectar qual o futuro do padrão de ocupação territorial dos sistemas mediterrânicos e das paisagens resultantes de um significativo esforço do homem à prestação do serviço público dos ecossistemas, avaliando como é retribuído/valorizado pela comunidade e quais as oportunidades de desenvolvimento.

Isso leva a que o binómio paisagem / oportunidades de desenvolvimento determine 3 ideias essenciais – aprovisionamento / padrões mínimos de ocupação e limiares de utilização / recurso paisagem.

O aprovisionamento – alimentos, matérias primas, serviços dos ecossistemas - implica pensar em função de uma abordagem mais global, isto é, como vamos alimentar mais 1 Bilião de pessoas que viverão na Terra em 2030, elevando o total para cerca de 8,5 bilhões, o que implica tanto mudanças drásticas no sistema alimentar como a noção de que as zonas costeiras sofrerão grandes transformações em tempos de escala humana com a migração das áreas afectadas pelas alterações climáticas para áreas urbanas.

O factor aprovisionamento abre, por outro lado, grandes oportunidades tanto à agricultura biológica, às áreas de aproveitamento hidroagrícola e à situação altamente privilegiada do SW europeu, na conjugação a localização com influência directa do mar, com as características da temperatura ao

longo do ano que permite, com menores custos, a produção continuada e precoce em relação ao centro e norte da Europa, sobretudo de hortícolas.

Atendendo, no entanto, ao agravado despovoamento nas áreas mais interiores do território, terão que se equacionar os padrões mínimos de ocupação e limiares de utilização, garantindo que se podem aproveitar essas oportunidades. Só novas abordagens, construindo uma geografia mais relacional, permitirão uma melhor integração territorial das políticas urbanas e rurais e um melhor alinhamento das estratégias nacionais e regionais para mitigar os efeitos da tendência pesada com 60 anos, e muito difícil de contrariar, de concentração da população na faixa litoral, incluindo pensar num ajustamento inteligente valorizando quem e o que aumenta valor.

O mapeamento dos sistemas ecológicos do Parque Natural da Serra de S. Mamede, num estudo conjunto IST/ICNF associa à tabela quantificada um valor económico dos ecossistemas de cerca de 33 M euros ano, que correspondem a funções essenciais como a erosão evitada, o sequestro de carbono, a biodiversidade, a produção de alimento vegetal, a produção animal extensiva e a produção de fibra.

Quando se analisam no entanto os indicadores sociais e económicos dos 4 concelhos abrangidos pelo Parque Natural, verifica-se um agravamento em todos eles – perda de população, aumento do índice de envelhecimento, perda de empresas, perda dos sectores primário e secundário e grande aumento do terciário. Este retrato (2014 – já alterado pelos incêndios ocorridos pela falta de ocupação do território) é uma ameaça para a paisagem humanizada que os objectivos da área protegida visavam valorizar.

O que faz revisitar a pergunta: como é retribuído/valorizado pela comunidade e quais as oportunidades de desenvolvimento das paisagens resultantes de um significativo esforço do homem à prestação do serviço público dos ecossistemas.

A terceira ideia essencial do binómio paisagem / oportunidades de desenvolvimento é o recurso paisagem. No território português, uma sociedade medieval no limiar da sobrevivência pela escassez de recursos naturais e dificuldades recorrentes de aprovisionamento de cereais, determinou no séc. XV a opção do mar como saída e o século XVI é determinante na divergência de trajectórias dentro da Europa, pelos efeitos da reforma, de que a Península Ibérica ficou excluída. Representou uma perda significativa de população instruída e a fuga de capital financeiro, humano e intelectual com consequências culturais determinantes. O que prevaleceu foi uma cultura medieval revigorada,

evitando que as ideias reformadoras encontrassem divulgação sobretudo em Portugal e Espanha. Criaram-se, assim, as origens do eixo europeu central com fortes e diversificadas dinâmicas de vivência urbana e cultural.

De facto, durante os séculos XVI e XVII, principalmente, a partir do século XVIII, o espaço exterior começou a ter valor intrínseco o que elevou a arte da paisagem ao conceito moderno de planeamento abrangente e de cultura territorial.

O carisma da paisagem rural inglesa, como a conhecemos hoje, foi revelado desde logo pelas primeiras representações no séc. XVIII, o que reforça a perspectiva de que foi necessário um processo de amadurecimento no reconhecimento do carácter da paisagem e dessa cultura do território, apoiado no trabalho de sucessivas gerações que constituem hoje destinos emblemáticos e de referência. No resto da Europa só no final do século XIX, início do séc XX, a escola de arte impressionista despertou o público para as componentes funcionais da paisagem rural, enquanto imagens estéticas e atraentes.

As paisagens mais atractivas e relevantes do ponto de vista económico e social estão hoje relacionadas com destinos turísticos carismáticos e consolidados, apoiados por uma forte e diversificada oferta cultural e urbana em que a rede de acessibilidades é uma componente vital para que o eixo Central Europeu, da Grã-Bretanha à Itália, seja o destino turístico mais privilegiado.

E foi precisamente no eixo central europeu que o conceito da paisagem como activo específico começou a ser assimilado. O carácter da paisagem do campo Inglês, da área rural da França, ou das vinhas da Toscana construiu-se num amadurecimento progressivo de gerações de agricultores e movimentos culturais como a literatura, pintura e, sobretudo na actualidade o cinema, que valorizaram e afirmaram a sua identidade. E continuam a manter a sua atractividade em comparação com outros destinos de moda, apostando numa forte actividade cultural.

Passado mais de um século, no mundo globalizado das TIC, da massificação e democratização de todos os modos de transporte, a Europa em 2015 por via da riqueza cultural, da variedade das suas paisagens e da qualidade das infra-estrutura turísticas foi a região mais visitada no mundo, respondendo por mais de metade (51,4%) do total de chegadas de turistas internacionais, o equivalente a cerca de 609 milhões de pessoas.

Em 2012 uma em cada dez empresas na economia europeia de mercado não financeira pertencia às indústrias do turismo, o que terá que fazer pensar como tirar partido das condições de que dispomos, face à crescente procura diferenciada de destinos singulares, sobretudo associados à natureza e ao mundo rural, conduzindo à comparabilidade de situações, à partida com denominadores comuns, mas com atractividades diferenciadas. O exemplo de 2 castelos nas margens de 2 lagos – castelo da Juromenha (Alandroal) na margem da Albufeira de Alqueva e Castelo de Urquhart no lago Loch Ness (Highlands / Escócia) evidencia que têm vários factores em comum, como a distância de mais de 1000 Km ao centro da Europa e ainda alguns outros indicadores relativos à unidade territorial imediatamente superior - área territorial, população residente, densidades médias populacionais, maiores centros urbanos e um PIB/capita.

O que os separa, para além do número de dias de sol, é afinal uma diferença de 100 anos de afirmação de um destino turístico, construído sobre uma paisagem agrícola, com sectores fortes como o têxtil e as bebidas e um centro financeiro importante de nível europeu como Edimburgo, vivendo no entanto mais de metade da população das Highlands em aglomerados com menos de 1000 habitantes.

É hoje reconhecido que as paisagens agrícolas e os sistemas ecológicos estreitamente ligadas à ocupação humana e características dos territórios mediterrânicos, constituem pontos focais da biodiversidade europeia. A Rede Natura 2000 que em Portugal que representa cerca de 20% do território, é indissociável da manutenção de usos agrícolas e florestais, especialmente, associados a práticas tradicionais sustentáveis. A perspectiva estratégica da sua gestão, implica que também o valor do território do espaço rural, pela sua capacidade de gerar bens e serviços ou amenidades, terá que ser valorizado na concretização das políticas sectoriais.

Esta avaliação do território tem, pelo menos, duas dimensões: o espaço (representado pelas escalas de intervenção) e o tempo, onde os efeitos nos sistemas biofísicos são de longo prazo, o determina a reflexão sobre em que território viverá uma criança que nasce hoje tem esperança de vida até ao final do século.

Apesar das tendências globais emergentes de procura diferenciada já referidas, as regiões com a maior procura pelos turistas portugueses continuam a ser o Algarve, seguido de Lisboa e Norte, evidenciada no retrato onde estão os portugueses quando trabalham e vão de férias, contexto em que a paisagem rural, tal como a conhecemos hoje em dia, pode estar realmente ameaçada em resultado de uma fraca atracção de recursos humanos e económicos.

A agenda territorial do PNPOT como instrumento de cúpula do sistema de gestão territorial pode ser o factor antecipador e orientador da mudança necessária através da visão nacional e transnacional, da aplicação territorializada das políticas públicas e do ajustamento da oferta de serviços públicos aos indicadores demográficos.

Em síntese, dispõe-se de informação e conhecimento, de activos específicos, de recursos financeiros dos fundos estruturais, de espaço – mas não de muito tempo para tomar as opções certas.

A oportunidade da alteração do PNPOT pode gerar oportunidades de desenvolvimento associadas a paisagens sustentáveis, que se podem afirmar pelo seu eco saldo positivo, capacidade de aprovisionamento e tornar-se alternativas aos destinos carismáticos já afirmados.

Porque Portugal é paisagem e um território de oportunidades.

Caderno 2 – Território e paisagem – paisagens sustentáveis e oportunidades de desenvolvimento

Paisagem rural e urbana | Nuno Lecoq

Seminário I TERRITÓRIO E PAISAGEM – PAISAGENS SUSTENTÁVEIS E OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PAISAGEM RURAL E URBANA

Estou certo que quando me desafiaram para aqui estar hoje e dizer algumas palavras sobre “**A Paisagem Rural e Urbana**” não era com certeza para desenvolver novos conceitos mas sim, a partir de um ou outro caso desta temática desenvolvida por alguns de entre os muitos investigadores, mas antes elaborar algumas constatações que aqui pudessem vir a ser discutidas.

A forma como considere **abordar o tema** que está anunciado é a seguinte:

- . apresentar alguns conceitos a enquadrar a temática
- . destacar as referências mais dirigidas à paisagem que constam no PNPOT
- . analisar a forma como as questões da paisagem evoluíram nestes últimos quase 10 anos de vigência daquele Programa.

1

Assim, considerando um ou outro caso de abrangência nacional, iremos por motivos óbvios abordar algumas questões na Região Alentejo, constituindo mais um contributo para o Diagnóstico.

O Alentejo constitui um bom exemplo para abordar os conceitos de **paisagem urbana e paisagem rural**. De facto, até há bem pouco tempo os aglomerados urbanos desta região eram enquadrados na paisagem rural e eram uma componente desta. A forma “arrumada” como este território sempre se mostrou aos olhos de quem o via de fora era a “paisagem natural” e o “aglomerado populacional” circunscrito (a cidade, a vila, a aldeia, o monte).

Os contornos da paisagem rural no Alentejo estavam desenhados pela actividade agrícola e pelos seus aglomerados de apoio e suporte. Actualmente esta associação não é clara e as funções da paisagem rural afastam-se do uso exclusivamente agrícola para ganhar novos sectores que perspectivam alterações sociais, ecológicas e económicas. A paisagem rural é cada vez menos vista pela população urbana como um espaço de produção para ser um espaço de consumo e os

aglomerados urbanos (vilas e aldeias) que constituíam os espaços sociais das populações que viviam e trabalhavam nos sistemas agroflorestais, também adquiriram outras funções.

Habitualmente, por forma a distinguir o que se considera espaço rural do urbano, utilizam-se indicadores como a densidade populacional, a densidade de equipamentos, a tipologia de trabalhos e atividades, as formas de mobilidade e comunicação, práticas culturais e formas de vida. Estas distinções ou dicotomias apresentam hoje fronteiras cada vez mais ténues ou inexistentes.

Estas observações fazem-nos questionar a identidade da paisagem rural e urbana num território como o Alentejo.

Um conceito que tem sido defendido por Ribeiro Telles (1994 *in* Magalhães, 2001: 319) é o de **paisagem global** na perspectiva da intervenção na paisagem quando afirma que “o espaço rural e o espaço urbano devem-se interligar de tal maneira que, sem que percam as suas características próprias e funcionamento autónomo, não deixem de servir os interesses comuns da sociedade, que digam respeito quer ao **mundo rural**, quer à **vida urbana**”.

A **paisagem** tem influência na qualidade de vida do ser humano, contribuindo para o seu bem-estar, assegurando a sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, seja considerada, quer em áreas rurais, quer em áreas urbanas.

A **paisagem** é a expressão da identidade e da história de cada região, e é também uma das áreas que contribui para o ordenamento do território e para a Conservação da Natureza, garantindo, nomeadamente, as funções ecológicas.

A **Convenção Europeia da Paisagem** expressa, entre outros, o reconhecimento e a importância da paisagem pela sociedade, a importância de valorizar a paisagem e a identidade de cada paisagem, a importância de perceber como as pessoas se relacionam com a paisagem e como isso depende da identidade da paisagem.

Em relação ao **espaço rural** são vários os autores que constatarem que o mesmo está a mudar, a desligar-se progressivamente da agricultura e a ganhar uma certa autonomia e nova identidade, influenciado por vários factores. A produção (agrícola) continua a ser importante, mas actualmente as expectativas centram-se noutros tipos de bens que terão de ser valorizados de modo a compensar quem os tem, quem os mantém e quem os produz (Marsden e van der Ploeg, 2009; Robinson, 2007).

O **espaço rural** assegura hoje em dia **várias funções** que, além da produção agrícola e da produção florestal, englobam ainda a protecção da natureza e a conservação ambiental, as actividades territoriais (caça, desporto, recreio) e a herança rural (saberes, festas, costumes) entre outros (Baptista, 2010).

2 O PNPOT constitui um documento fundamental, sendo constituído pelo “Relatório” e pelo “Plano de Acção”.

No texto do Relatório do PNPOT um dos subcapítulos do Capítulo 2 (sobre “Organização, Tendências e Desempenho do Território”), é dedicado à “**Paisagem, ao Património Cultural e à Arquitectura**” e elenca um conjunto de referências às **situações mais críticas do estado das paisagens**, entre as quais elegi as seguintes, que passo a citar:

- ao **nível nacional** é focado

. o **abandono da prática agrícola e os incêndios florestais**

. a **destruição dos espaços periurbanos**, em particular nas áreas mais urbanizadas e/ou sujeitas à pressão do turismo e das residências secundárias;

- ao **nível regional no Alentejo** são apontados, um **conjunto de preocupações** que se passam a citar:

. “no domínio do ordenamento dos **espaços agrícolas e florestais**, a evolução de um sistema baseado nas produções agrícolas vegetais e na silvo-pastorícia para uma economia com maior peso da pecuária foi, apesar de tudo, controlada”

. “no **montado de sobro** detectam-se maiores problemas, mormente os que decorrem do seu estado sanitário”

. “uma das principais mudanças na ocupação do solo resultou da renovação e expansão do **olival**, embora a outra escala do que a dos vinhedos”

. “por último, têm vindo a manifestar-se diversas preocupações com os eventuais impactos do **EFMA** – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, embora estejam a ser implementadas medidas, de vários tipos, no sentido de que o resultado global seja positivo, tanto no plano económico e social como no ambiental e paisagístico”. Fim das citações.

No âmbito do mesmo capítulo 2 do “Relatório”, mas no subcapítulo dedicado aos “**Grandes problemas para o ordenamento do território**”, também elegei uns quantos com efeitos directos sobre a paisagem, a saber:

- a “**degradação do solo e riscos de desertificação**”;
- “a *insuficiente consideração dos riscos nas acções de ocupação e transformação do território, com particular ênfase para os sismos, os incêndios florestais, as cheias e inundações e a erosão das zonas costeiras*”;
- a “**expansão desordenada das áreas metropolitanas e de outras áreas urbanas**”;
- o “**despovoamento e fragilização demográfica e socioeconómica de vastas áreas ...**”;
- a “ausência de uma **cultura cívica** valorizadora do ordenamento do território ...”, fim de citação.

O PNPOT no “Relatório” apontava o caminho com a elencação de um vasto conjunto de “**Orientações e Opções Estratégicas para a Região Alentejo**” e, entre eles, os seguintes:

- . “*O Empreendimento de Alqueva*” a que nos iremos referir a seguir
- . “*Os desafios que se colocam ao uso do solo, em que se confrontam dinâmicas de valorização de fileiras tradicionais, como a do montado, do vinho e do azeite, potencialidades no domínio da fruticultura e da horticultura, com o risco de abandono de algumas produções e a procura de novas áreas para empreendimentos turísticos de grande dimensão*” de que se irão fazer referências
- . “*A importância das indústrias extractivas regionais*”
- . “*O sector primário*” (*culturas arvenses, pecuária extensiva, fileira do montado e culturas industriais nas zonas de regadio, os vinhos, o olival*) de que sobre parte delas se tecerão alguns comentários
- . “*As actividades turísticas*”
- . “*Os recursos do território (ambientais, paisagísticos e culturais) a sua protecção e valorização*”
- . “*As áreas mineiras abandonadas a sua recuperação e valorização*”, aqui lembrando o estado de abandono que se mantém nas Minas de Aparis e na de S. Domingos.

3

Já que o que se perspectiva é a **alteração do PNPOT**, forçoso será analisar este documento e a forma como evoluiu o **território alentejano**, no que diz respeito à sua paisagem, entre a data da sua publicação 2007 e o presente. Passados quase 10 anos algumas destas estratégias concretizaram-se, melhor ou pior, com mais ou menos custos e resolvendo algumas questões ou criando outras:

- o território rural **continua a perder população** desde a metade do século passado, ficando nele apenas a população mais idosa – observa-se a existência de concelhos com uma **população** total inferior aos habitantes de muitas das ruas de Lisboa;
- uma parte da população activa instala-se nos aglomerados urbanos mas mesmo assim constata-se que em muitos dos centros urbanos de maior dimensão do Alentejo a **perda de população** é também acentuada, tendo sido apenas uma minoria aqueles que registaram um ganho de habitantes.

Por outro lado, apesar da perda de população, alguns dos principais centros urbanos começaram a ser rodeados por um **crescimento periurbano**, que pode ameaçar as características dessas áreas e condicionar as relações sociais; estes gradientes observados no “*continuum*” urbano-rural, têm limites menos óbvios entre a cidade e o campo.

Actualmente, as políticas de renovação urbana vigorosamente defendidas para todas as áreas urbanas, independentemente da sua dimensão, combinadas com os efeitos do envelhecimento da população, poderão promover uma inversão completa e um retorno aos centros comunais e às cidades. O espaço peri-urbano, poderá constituir-se como o modelo de não renovação, no sentido inverso e entrar numa lógica de peri-ruralização, em que deixa de ser um anexo da cidade e das suas dinâmicas e passa a ser um reduto reservado para aqueles que não têm acesso à qualidade de vida rural, pelo menos aquela que é tida como a única autêntica.

Os **sectores** que evoluíram de forma mais significativa e que maiores impactes sociais e económicos, com o que isso **implica na paisagem**, foram a **agricultura** e o **turismo**:

- em termos de **montado**, quer de azinho quer de sobro, considerada a paisagem icónica do Alentejo, assiste-se ao seu **declínio** para o qual estão referenciadas as grandes **causas** e, entre elas, as más práticas silvícolas, o sobre-encabeçamento e a componente fitossanitária, esta última apontada no

“Relatório”. Mas são também os pedidos de abate de azinheiras e de sobreiros, desde que não constituindo povoamento destes dois tipos de Quercíneas protegidos por Lei, mas enquanto árvores dispersas, para instalação de sistemas de rega e outras culturas, uma actividade agrícola desenvolvida em regime intensivo que substituiu uma actividade agro-silvo-pastoril de sequeiro e extensiva, que estão na base da conversão dos montados, mas que aos poucos, vão contribuindo também para a redução da sua área;

- a imensidão de **olivais plantados em regimes intensivos e hiper-intensivos** que embora representem uma renovação e expansão do olival, estão a transformar as paisagens tradicionais onde se estão a implantar e que as tornam monótonas, mas que também nos devem preocupar pela provável salinização futura dos solos. Nessa altura as empresas que os instalaram provavelmente já cá não estarão, mas teremos de ser nós quem terá de resolver esses problemas, mas então sem ajudas comunitárias;
- as transformações dos sistemas de agricultura com a criação de condições para a introdução de novas culturas – a situação que está a acontecer na zona de intervenção do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva com a procura de terrenos, por exemplo para a **instalação de pomares de amendoeiras**, face à procura de territórios com potencial de água para rega que substituam as condições de falta de água no sudoeste dos Estados Unidos.

Lá os produtores deste fruto seco enfrentam além deste problema, em que se verifica cerca de 70% na redução da precipitação atmosférica outro, a salinização progressiva dos solos e, por isso a procura de locais alternativos em Portugal para a sua produção extensiva pelo que haverá, com a sua continuação, resultados semelhantes aos que previsivelmente irão acontecer como na cultura referida anteriormente. E se calhar essas empresas terão a sua morada fiscal noutros locais que não em Portugal, com tudo o que isso representa;

- outra questão diz respeito às **potencialidades agrícolas** resultantes de excepcionais condições edafo-climáticas do litoral alentejano e a falta de enquadramento de áreas de **agricultura intensiva** – acontece que está a ser à custa de nutrientes em excesso e de uma agricultura pouco controlada onde se produzem produtos hortícolas e frutícolas no Litoral Alentejano, em pleno Parque Natural, com impactes significativos na biodiversidade e com uma mão-de-obra barata de imigrantes e que para cá vieram por causa dos muito baixos salários que lhes pagavam nos seus países de origem, mas que aceitam tarefas duras em estufas e que vivem em condições que nos fazem lembrar

aquelas que os emigrantes portugueses de 1.ª geração suportaram no início da 2.ª metade do século passado;

- embora “uma andorinha não faça a primavera”, deverá servir de “exemplo a não esquecer” o que se passou há perto de 30 anos com um investidor num projecto agrícola modelo, o empresário Sr. Thierry Roussel, que comprou cerca de 550 hectares de terrenos e que faliu em 1994 por má gestão. Pretendia abastecer a Europa de produtos hortícolas a partir das culturas instaladas naqueles muitos hectares ocupados por estufas em Brejão, Odemira. O resultado foram os imensos calotes, o abandono da exploração e o estado de caos ambiental em que ficou toda aquela área.

Afirmava o Prof. Pedro George (em “*Paisagem – do urbano ao rural. Notas a partir de Lisboa ...*”) a propósito das alterações à paisagem derivadas do regadio promovido pela Barragem de Alqueva, o seguinte – “*Ninguém (penso!) irá questionar o direito ao desenvolvimento económico em nome da estabilidade da paisagem alentejana ou outra (para isso se fazem as infra-estruturas que são, já em si, uma macro-transformação paisagística. No entanto, deseja-se que essa transformação, acelerada ou paulatina se processe sob ordenamento explicitado, participado, criativo e propositivo, não inibidor de desenvolvimento, antes criando melhores condições para o acolher*”, palavras nas quais me revejo.

. no que se refere ao sector do turismo há que reconhecer que, desde há uns anos a esta parte, é costume o cidadão comum afirmar que o **Alentejo está na moda**: por estar relativamente perto de Lisboa, ter paisagens variadas e coerentes, boa gastronomia, um povo amigoso e começar a coleccionar classificações de bens considerados **Património Mundial da UNESCO** abrangendo as mais variadas áreas culturais e monumentais. Poucas dúvidas existem de que o turista (principalmente o que vem dos grandes centros urbanos) o que procura no Alentejo é a **paisagem**.

Neste sector, contrariamente ao que se perspectivava, não se concretizaram os **grandes empreendimentos turísticos** pois, mesmo no litoral, estes deparam-se com dificuldades. Onde se observa um crescimento notório é antes no **turismo no espaço rural** (seja temático ou não – equestre, enoturismo, ornitológico, etc.), nos hotéis rurais, e, em Évora, sem dúvida pelo seu estatuto de Património da Humanidade, mas também pela sua proximidade a Lisboa.

Este é um sector que tem demonstrado alguma capacidade de fixação, nos meios rurais, de população mais jovem e tecnicamente preparada. Estes novos residentes recuperam as casas e valorizam o incremento de actividades de lazer e de ar livre. Um exemplo interessante é o que está a acontecer nos concelhos de Mértola e Castro Verde com o turismo ornitológico que, pouco a pouco, vai ganhando a relevância do turismo cinegético.

Este turismo tem permitido a manutenção ou criação da **actividade económica de pequena escala** por vezes com bastante criatividade (comércio, artesanato, serviços) que vai sustentando as populações destes espaços, em especial no interior. São exemplos curiosos as praias fluviais, os centros de ciência viva (como museus, o fluviário, etc) e neste âmbito será interessante observar o papel que as novas tecnologias de informação desempenham;

- outra questão, as **acessibilidades** que são, na paisagem, as redes de ligação do urbano ao rural, tendo por isso uma importância relevante e estruturante. Se é verdade que as estradas podem ser uma via para o abandono do espaço rural, não é menos verdade que um habitante de Badajoz chega actualmente às praias do litoral alentejano em menos de 2 horas. Também neste sector, felizmente, se vem repensando a estratégia que assentava em grandes estradas e auto-estradas que permitiam atravessar os meios rurais rapidamente e afastar as pessoas das cidades que se situavam ao lado destas infra-estruturas ou nas grandes circulares urbanas que criam fracturas nos perímetros urbanos.

Cada vez mais a ferrovia torna a ser a alternativa com as vantagens ambientais que daí advém.

A propósito destes eixos de ligação que interceptam a paisagem não posso deixar de referir a questão da **Publicidade na Paisagem**. O Decreto-Lei nº 105/98, estipulava ser *“proibida a afixação de publicidade fora dos aglomerados urbanos em quaisquer locais onde a mesma seja visível das estradas nacionais”*.

Porém, foi a Lei nº 34/2015, de 27 de Abril, que aprovou o **“Novo Estatuto das estradas da Rede Rodoviária Nacional”** e revogou o DL acabado de citar, e é **omissa em referências à paisagem** em vários dos artigos onde tal se esperaria e era desejável, acabando por ser mais uma legislação permissiva.

Também por isso, temos assistido nos últimos anos a uma progressiva e continuada aparição de “outdoors” ao longo dos diferentes tipos de eixos viários com interferências na paisagem sem a respeitarem.

Tomo a relembrar as palavras do Prof. Pedro George para não criar equívocos e pretender que as paisagens futuras não venham a constituir uma memória negativa, mas que sejam económica, social e ambientalmente sustentáveis e constituam verdadeiras oportunidades de desenvolvimento.

4

Gostaria de deixar para a parte da **Mesa Redonda**, além de algumas das questões que considere que devia e de que acabei por abordar, as seguintes suficientemente genéricas mas que nos devem interessar a todos:

1. Porque é que os modelos não funcionaram em alguns casos e estamos a perder gente, sobretudo, a que é mais importante num país, a gente nova e maioritariamente licenciada, que tanto custou ao País?
2. Como manter (ou não) os territórios rurais de baixa densidade, que ocupam a metade do território continental onde os novos modelos agrícolas significam menos população?
3. Como articular as novas centralidades Vendas Novas – Montemor – Évora com o resto do território e garantir (ou não) a manutenção das suas características de pólos urbanos centrais no espaço rural e não extensões da área metropolitana de Lisboa?
4. Como “desenhar” periferias urbanas que se constituam como parte de um gradiente e não anexos?
5. Como viabilizar a sustentabilidade do espaço rural num cenário de alterações climáticas, onde recursos tão decisivos como os recursos hídricos e o solo ameaçam tornar-se escassos e ameaçar a sobrevivência dos territórios?
6. Qual o modelo económico capaz de valorizar os serviços prestados pelas paisagens rurais, designadamente na análise da concretização de um desenho económico que aplique o princípio da recuperação de custos a “montante” das utilizações/consumidores?
7. Qual deve ser o papel (hoje em dia um pouco desvalorizado) das áreas classificadas no “alimentar” da atractividade do cidadão cidadão pela paisagem natural e cultural?
8. Por fim, não queria perder esta oportunidade de formular a pergunta: o que é feito do Prémio Nacional da Paisagem?

Em boa hora este prémio foi criado pelo Despacho n.º 12423/2012, de 14 de setembro, da então Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, na esteira das ações de implementação da Convenção Europeia da Paisagem que Portugal assinou, ratificou e transpôs para a legislação nacional através do Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro.

Acontece que, se bem me lembro, só uma vez ele terá sido atribuído e em 2012 (às “Furnas – Laboratório de Paisagem”) e, á segunda vez, no ano de 2014, o concurso embora tenha sido lançado, ainda se está para saber mais de dois anos depois o que se terá passado, dado que pura e simplesmente se deixou de se falar neste assunto, não tendo sido comunicado o resultado das propostas apresentadas.

É pena, porque o Prémio da Paisagem do Conselho da Europa tinha sido uma ideia muito interessante, criada no âmbito da Convenção Europeia da Paisagem com o objetivo de distinguir a implementação de uma política ou de medidas de proteção, gestão e ordenamento da paisagem, que demonstrassem ser eficazes do ponto de vista da sustentabilidade e pudessem constituir um bom exemplo.

5 Os **principais problemas** foram perfeitamente identificados pelo PNPOT e não tiveram ainda solução. Os desafios mais difíceis são os mais interessantes e os que nos devem mobilizar para serem encontradas soluções eficazes, eficientes e sustentáveis para o nosso País e para todos nós.

Agora cheguei mesmo ao **fim**.

Quero tornar a **agradecer o convite** para estar hoje aqui convosco e felicitar, dando os meus parabéns pela organização deste Seminário à Direcção-Geral do Território e todo o apoio prestado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

Muito obrigado por me terem escutado!

Caderno 2 – Território e paisagem – paisagens sustentáveis e oportunidades de desenvolvimento

Património cultural e paisagem – como se potenciam reciprocamente | Ana Paula Amendoeira
Directora Regional da Cultura

Território e paisagens – paisagens sustentáveis e oportunidades de desenvolvimento **Património cultural e paisagem: como se potenciam reciprocamente?**

Agradeço o convite do Senhor Presidente da CCDR para participar neste Seminário e também quero agradecer pessoalmente à Sra. Arquitecta Fátima Bacharel.

Foi-me proposto que desse o meu contributo a partir da relação paisagem e património, e a sua relevância para a vida urbana. Gostaria de referir previamente os conceitos culturais de paisagem na forma como eles são trabalhados e entendidos, necessariamente numa perspectiva diacrónica, na epistemologia da cultura e do património. (...) Foi com a arte da pintura, a partir da composição da perspectiva, no renascimento, que se conformou definitivamente a transformação da visão mais concreta da natureza em percepção sensível ou em processo selectivo de apreensão da realidade e nesse sentido devemos destacar a importância da perspectiva na invenção e consolidação da forma simbólica de paisagem, persistente até hoje e que também já encontramos na citação do livro dos salmos(...).

Daí a noção comum de que a paisagem é um panorama ou algo que se vê de longe e com profundidade. Este tipo de leitura da paisagem pode ser identificada também na **modernidade**. Ancorada numa concepção de objecto, a paisagem é algo que se olha, se usa e se explora, porém com o qual jamais se estabelece uma relação de igualdade. Diante dela, e sempre de fora, o sujeito adopta uma posição assética e contemplativa, que materializa um domínio sem possessão. Por outro lado importa referir que os tempos da modernidade, com o acelerado processo de industrialização e desenvolvimento assinalável do sistema surgido a partir do século XVI, o capitalismo, representaram um período de intensa violência, sem precedentes, em relação aos recursos naturais. O sujeito moderno passa a ter uma relação fugaz com a natureza num quadro de separação total entre sujeito e objecto entre homem e natureza (o conhecimento positivo é o paradigma disso mesmo), transformando-a em artefacto não reciclável, modificando os ciclos naturais, o clima, os ecossistemas e, conseqüentemente, as paisagens.

Estes factos tornam relevante a necessidade da sobreposição da agenda da sustentabilidade e da durabilidade à necessidade estética, de contemplação. (...) Todavia foram estes dois elementos, a construção pictórica perspectiva e a natureza, essenciais na composição morfológica da visão ocidental de paisagem, que constituíram e ainda constituem, embora de maneira mais intuitiva, os objectos de salvaguarda no campo da preservação do património. Apesar de desde o final do século XIX a paisagem ter sido objecto de reflexão num sentido até mais sociológico, humanista, temos

também que reconhecer que a noção pictórica de paisagem tem estado na base da construção de uma retórica geral e dominante sobre o tema, no campo do património cultural, tal como a podemos identificar na actuação de diversas instituições responsáveis pela preservação e salvaguarda do património a nível planetário, como é o caso mais relevante da UNESCO.

Não obstante esta propedêutica acerca da noção de paisagem e sítio histórico como património, ou da paisagem como associação entre aspectos culturais e naturais, foi na década de 1990 que se iniciou um processo de institucionalização de uma nova abordagem de preservação.

Em 1992 o Comité do Património mundial da UNESCO inclui a categoria “paisagem cultural” na lista do património mundial. Em 1995 o Conselho da Europa aprova a recomendação sobre a conservação integrada de áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas e recomenda vivamente a adopção desta abordagem nas políticas de preservação do património.

Em 2000, o Conselho da Europa aprova a Convenção Europeia da Paisagem, introduzindo um conjunto de regras para a proteção gestão e planeamento das paisagens. Este conceito de paisagem cultural, refiro-me ao da Convenção Europeia da Paisagem e não ao da UNESCO (os dois têm diferenças que não são despidiendas) congrega os vários aspectos e as várias abordagens correntes no campo da preservação do património, considerando a sua interdisciplinaridade e a necessidade de superação da fragmentação ainda praticada.

Partindo-se de uma concepção mais alargada e integradora entre a ação do homem e natureza e entre os vários patrimónios, adoptar a paisagem como património pressupõe, e admite, o constante movimento e as relações intrínsecas e inseparáveis entre conceitos e abordagens da história, da sociologia, da antropologia, da memória, da arte, da cultura, da ecologia e as suas correspondências no meio físico, seja na edificação, nos objectos ou nos territórios.

Esta abordagem pressupõe a ação integrada do planeamento e da gestão territorial com as políticas ambientais e sociais, sobretudo nas suas dimensões culturais e económicas. Procura conjugar a política de preservação com o processo dinâmico de desenvolvimento das cidades, o que implica, necessariamente, não impedir as mudanças, mas direcioná-las e portanto trabalhar na perspectiva do desenvolvimento durável.

A Convenção foca-se na visão cultural da natureza, com destaque para as questões da biodiversidade e ecossistemas. (...) Mais alinhada como o ideário do desenvolvimento durável do que com a agenda

do património cultural e da patrimonialização veiculada pela UNESCO, esta convenção estabelece princípios legais para áreas urbanas, periurbanas, rurais, naturais e define paisagem como uma parte do território, tal como é apreendido pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de factores naturais e/ ou humanos.

Os 46 países signatários, **entre os quais Portugal, comprometeram-se a reconhecer legalmente as paisagens, estabelecer e implementar políticas de proteção, gestão e planeamento, criar procedimentos de participação e integrar a questão da paisagem nas políticas de planeamento regional e urbano.** Embora a UNESCO tenha sido a primeira instituição internacional a adotar o reconhecimento do carácter cultural da paisagem, a excessiva categorização dos bens, em contradição com a junção dos patrimónios naturais e culturais, bem assim como os processos políticos inerentes à diplomacia universal, têm dificultado um aggiornamento dos conceitos e das práticas. Uma visão por vezes excessivamente patrimonializadora, no sentido de coisificar os objectos classificados, isolando-os de contextos mais vastos, dificulta resultados de maior durabilidade, havendo a necessidade de análises críticas relativas ao excessivo marketing cultural e patrimonial que muitas vezes atrai resultados de sinal contrário aos pretendidos.

O caminho está a ser arripiado, mas com pequenos passos. Ora é justamente numa diferença fundamental de abordagem e de perspectiva que se pode jogar a importância do planeamento e do ordenamento cujo objectivo é a resiliência e a durabilidade e sustentabilidade dos territórios. (...) Por exemplo, há itinerários que se mantêm desde a Antiguidade até hoje.

A sua resiliência deve-se a uma articulação entre a escala global e local, tornada possível por uma interação entre diferentes níveis e formas: o fluxo (itinerário), o traçado e a modelação. A manutenção do fluxo na longa duração é assegurada entre outras coisas pela mobilidade dos traçados.

A interação entre a rede global e o local torna-se possível por uma permeabilidade das formas que pode gerar novas formas de habitat. (...) A resiliência apoia-se portanto sobre uma mobilidade das formas e a possibilidade de as reutilizar à medida das transformações das funções. As formas da paisagem inscrevem-se em formas de temporalidades complexas que não relevam somente do presente nem dizem apenas respeito ao tempo em que essas formas se sucedem. (...) Mesmo não estando, o passado faz parte fisicamente do nosso presente e os territórios arqueológicos são disso um grande exemplo.

Uma abordagem do território e do seu ordenamento baseada numa **visão progressista** leva-nos a considerar o tempo como uma flecha de sentido único e irreversível em que a história se faz do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, do rural para o urbano do interior para o litoral, da barbárie para a civilização. (...) Temos sempre que deixar bem claro que assim não é. Logo, nem sempre o passado foi pior, mais atrasado menos interessante do que o presente. Mas o contrário é também verdadeiro. Nesse sentido, o corte brutal que a nossa modernidade contemporânea fez pela primeira vez na história das civilizações com o passado, sobretudo através dos conceitos herdados da filosofia do Iluminismo e do processo de industrialização e de todas as perdas a que tal obrigou, coloca-nos diante de uma separação fundamental civilizacional entre o passado e o presente.

No que diz respeito ao ordenamento, ao urbanismo, esta ruptura rejeitou em muitos momentos, para segundo plano, as formas existentes para valorizar as formas ideais puramente estéticas ou funcionais e nega a compreensão dos próprios sistemas. A **visão linear do tempo** desenvolvida no decurso dos séculos XIX e XX em torno da noção de progresso não permite desenvolver uma dialética entre presente e passado que não seja uma instrumentalização de um pelo outro.

Essa instrumentalização verificou-se e verifica-se quer na **visão progressista**, quer na **visão culturalista** entre outros, no campo do urbanismo. Ambas têm a história como justificação seja para justificar o curso do progresso, seja para o travar com uma possibilidade de voltar atrás. E nesta senda, quanto mais se destrói mais se conserva. O gosto do património surge assim como um efeito secundário das destruições impostas pela modernidade e hoje sofremos, como muitos estudiosos referem, de uma doença da patrimonialização por uma dificuldade em lidar com a passagem do tempo, mas sobretudo porque não o compreendemos.

No século XX, na segunda metade e sobretudo a partir da década de 70 com a aprovação da Convenção do Património Mundial entrámos na era da patrimonialização planetária. Não é, não tem sido garante de sustentabilidade, de resiliência no ordenamento relativamente aos vários territórios embora tenha contributos muito positivos inclusivamente em Portugal. Porque o que garante a sustentabilidade, a durabilidade dos territórios e a sua resiliência não é necessariamente o objecto e a sua preservação isolada retirada dos seus contextos, se não houver uma compreensão cultural mais vasta que justifique a sua relevância para a vida e para o bem estar das comunidades.

E porque separamos o passado do presente e os objectos do território pensamos que os podemos conservar e assim tranquilizarmos a nossa relação, já pós moderna, com a passagem do tempo. Ora uma outra visão é também necessária. Não apenas linear (progressista) nem apenas cíclica

(patrimonialista ou culturalista), mas também **uma espiral do tempo e do território** em que os diversos territórios interagem, se relacionam e se intersignificam. Complexa, mais difícil, mas também com importantes contributos a dar para enfrentar os desafios que se nos colocam. Enfrentar questões e problemas tão relevantes para o futuro como por exemplo as alterações climáticas, com especial atenção para o Acordo de Paris, como indica a Resolução do Conselho de Ministros implica que tenhamos uma abordagem para uma relação de bem estar e para tornar os territórios resilientes.

No Alentejo, a importância do passado é cada vez mais visível no modelo de desenvolvimento da região nomeadamente no que diz respeito à sua utilização como factor de diferenciação positiva da região com influência directa e importante na sua performance económica. A centralidade que foi dada ao património e à riqueza cultural da região (...) têm sido um factor efectivo de desenvolvimento económico muito importante. É pois relevantíssimo que políticas públicas de ordenamento integrem esta realidade de forma transversal quer no que diz respeito aos centros urbanos quer às paisagens. Não necessária e exclusivamente numa visão patrimonialista, nem progressista mas que possa conseguir articular os vários territórios, o passado que sempre está no presente mas não o pode bloquear.

Embora a união Europeia não tenha de facto competência formal em matéria de ordenamento, muitas das suas políticas interferem directamente e condicionam as opções das regiões e dos estados membros (...). Nem sempre as visões europeias são as que nos convêm em matéria cultural e patrimonial. No entanto, e neste novo ciclo de planeamento e de ordenamento do território de segunda geração, creio que visões criativas e inteligentes que visem resultados efectivos nos principais desafios colocados, podem ter numa abordagem mais estrutural da cultura e do património contributos relevantes e inovadores. A classificação dos monumentos, dos conjuntos, das cidades, das paisagens, é importante para uma possibilidade de protecção legal para a salvaguarda, mas não nos serve muito no concurso de uma estratégia para a região. Por outro lado deixar de ver apenas a patrimonialização como uma meta a atingir para o marketing cultural da região, que é importante, mas ousar ir mais além.

A verdadeira salvaguarda dos territórios no que diz respeito à cultura reside na continuidade da nossa competência de edificar e de habitar (no sentido dado por Heidegger) (...) Esse é o verdadeiro património e se atingirmos esse patamar de salvaguarda e de planeamento podemos curar-nos da patrimonialização excessiva como atitude cultural, quer dizer, se continuarmos a saber fazer, se conseguirmos recuperar alguma ligação desse corte epistemológico e físico entre o passado e o

presente, entre o homem e a natureza, podemos contribuir muito para o respeito do acordo de Paris, para a sustentabilidade, para a durabilidade, para a resiliência dos nossos territórios. Para isso temos que reaprender a construir, a usar materiais e técnicas, a compreender lógicas construtivas, reinventá-las na continuidade ambiental.

A transferência do conhecimento a partir dos centros de investigação tem aí terreno fértil. Investigação/actualização/produção de materiais tradicionais de forma criativa e inovadora, intervenções cuidadas, projectos estudados e competentes e planeamento e ordenamento também e sobretudo no património, nos territórios culturais e patrimoniais. (...) A grande qualidade, diversidade e complexidade urbanística, arquitectónica e ambiental dos nossos centros urbanos não tem protecção directa na maioria dos casos.

Mesmo alguns protegidos ao mais alto nível não têm depois instrumentos de gestão proactivos, de malha fina. A figura dos planos de pormenor é cada vez mais importante e deve ser incentivada e saúdo os municípios do Alentejo que continuam a realizar este trabalho, mas precisamos de mais e inovadores. Instrumentos que cumpram a função de análise integrada e transversal e a intervenção pensada e não casuística nas nossas aldeias, vilas e cidades históricas estudando materiais e técnicas formas e lógicas numa perspectiva de actualização na continuidade e não de corte que a obsolescência de políticas isoladas de patrimonialização excessiva e as suas externalidades irá acabar por provocar.

É com o conhecimento actualizado e a flexibilidade que ele nos traz que podemos tornar o nosso território mais resiliente e durável. É sempre através do que somos e do que fomos que nos podemos reinventar e com o território não é diferente. (...) É porque sabemos fazer que podemos continuar a fazer e a inovar. Se o património não nos servir para o futuro, nunca nos servirá para o nosso presente e muito menos para compreendermos o passado e o tempo. (...) Nada pode ser mais contemporâneo do que a tradição.

Uma sugestão final que tem directamente a ver com a utilização correcta dos nossos recursos e portanto também com as nossas capacidades endógenas. No documento de avaliação do PNPOT vem referido que deveria ter sido criado um observatório que deveria ter monitorizado o programa, o que nunca aconteceu. Penso que na nossa região essa tarefa poderia ser neste futuro ciclo, desempenhada com vantagem pela Unidade de Monitorização de Políticas Públicas da UÉ.